



ACTA DA REÚNIÃO DO JÚRI

Procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Chefe da Divisão de Sistemas de Informação

Aos oito dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, no edifício dos Paços do Município, reuniu o júri do concurso em epígrafe, o qual foi designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, com a presença de Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vereadora do Pelouro de Administração, Finanças e Modernização Administrativa, Paulo Manuel Moreira Ferreira, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro e António José Oliveira Teixeira, Founder / CEO • Grupo PONTUAL – IT Software Solution S.A., a fim de definir os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da Entrevista Profissional Pública, bem como o sistema de classificação final e respectiva fórmula classificativa, do concurso acima referido, de acordo com o previsto na Lei n.º2/2004 de 15/01, na sua redação atual.

Assim, de acordo com o estabelecido nos referidos diplomas, o júri deliberou fixar aos referidos métodos de selecção, os seguintes critérios, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa:

Métodos de selecção – *Avaliação Curricular (AC)* e *Entrevista Profissional Pública (EPP)*, atribuindo-se a cada um deles uma classificação de 0 a 20 valores.

A classificação final resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (AC \times 40\%) + (EPP \times 60\%)$$

Em que:

CF = Classificação Final

AC = Avaliação Curricular

EPP = Entrevista Profissional Pública

Na **avaliação curricular** serão considerados e ponderados os factores – habilitação académica exigível para o cargo, a formação profissional e a experiência profissional, que serão valorizados na base dos seguintes critérios:

- a) **HA – Habilitação académica** – neste factor serão considerados as habilitações exigidas com o requisito e outras habilitações literárias suplementares, desde que oficialmente reconhecidas.
Licenciatura em áreas comuns ou afins – 18 valores;
Licenciatura preferencial – 20 valores;
- b) **FP = Formação Profissional** – para efeitos de avaliação desde factor ter-se-ão em conta colóquios, seminários ou outras acções de formação que estejam relacionados com a área funcional do cargo.
Para avaliação deste factor, o júri considerará a formação desde que comprovada por certificados, diplomas ou outros documentos credíveis que indiquem expressamente o número de horas ou dias.
Cursos ou acções de duração até 10 horas – 1 valor;



Cursos ou ações de duração de 11 a 15 horas – 2 valores.

Cursos ou ações de duração de 16 a 25 horas – 3 valores

Cursos ou ações de duração superior a 25 horas – 4 valores

Pós-graduação – 5 valores

A acumulação desta pontuação não poderá exceder 20 valores.

c) *EP - Experiência profissional* – neste valor serão tidos em conta dois fatores:

- os anos de serviço na área funcional do cargo a prover (ASAF) e;

- o exercício de cargos ou funções de direção, coordenação e controlo (ECDC);

com a seguinte valoração:

Até 5 anos – 12 valores;

De 5 a 10 anos – 15 valores;

De 10 a 15 anos – 18 valores;

Superior ou igual a 15 anos – 20 valores;

A avaliação final deste parâmetro será calculada de acordo com, a seguinte fórmula:

$$EP = (ASAF+ECDC) / 2$$

A determinação da avaliação curricular será efectuada através da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA+FP+EP}{3}$$

Em que:

AC= Avaliação Curricular

HA= Habilitação Académica

FP= Formação Profissional

EP= Experiência Profissional

A **Entrevista de Profissional Pública (EPP)**, com duração até trinta minutos, será classificada de 0 a 20 valores e destina-se a avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, para o exercício do cargo, através comparação com o perfil delineado de acordo com as seguintes características:

- Capacidade para estabelecer objectivos/propostas organizacionais no âmbito do cargo a desempenhar
- Sentido crítico e capacidade de inovação
- Motivação demonstrada relativamente ao cargo colocado a concurso
- Orientação para os resultados
- Capacidade de liderança e gestão das pessoas
- Tolerância à pressão e contrariedades

O dia, hora e local da entrevista profissional pública, será marcado oportunamente sendo os candidatos admitidos convocados, pela forma prevista no nº2 do artigo 21º da Portaria 125-A/2019, de 30 de abril (na sua versão atualizada).

O JÚRI,

Sauz Freedo
Paulo Teixeira